

Os jovens e o património arquitectónico: Estudo realizado no concelho de Lamego¹

Maria da Piedade Rolo Pereira

Escola Básica do 1º Ciclo de Gondomar-Tarouca

Ana Paula de Oliveira Cardoso

Escola Superior de Educação de Viseu

Através da pesquisa bibliográfica, tivemos a oportunidade de verificar que são escassos os estudos sobre as práticas culturais dos jovens, no que se refere ao património arquitectónico, em particular. Nessa perspectiva, este estudo pretendeu avaliar os conhecimentos e o interesse que os jovens demonstram sobre património arquitectónico do concelho de Lamego. Incidiu numa amostra de 340 alunos de todas as escolas públicas do Ensino Básico 2º/3º ciclos e Escolas Secundárias/3º ciclo deste concelho.

Foi levada a efeito uma investigação empírica transversal, de carácter descritivo-comparativo, utilizando o questionário como instrumento de pesquisa. No tratamento dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Os resultados obtidos indicam que o conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferiam entre jovens de sexos diferentes, mas não entre jovens com idades diferentes, evidenciando-se também algumas *nuances* reveladoras da importância de uma educação patrimonial.

¹ Este artigo apresenta parte das conclusões do estudo empírico realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, apresentada ao ISCTE, em Julho de 2004.

Introdução

Qualquer sociedade humana retira a sua coesão dum “conjunto de actividades e projectos comuns, mas também de valores partilhados, que constituem outros aspectos de vontade de viver juntos. Com o decorrer do tempo, estes laços materiais e espirituais enriquecem e tornam-se, na memória colectiva, individual, na herança cultural de um povo” (Delors *et al.*, 1996, p.86).

Ao referenciarmos esta perspectiva, queremos referir a memória colectiva de uma determinada população, dos territórios onde vive, dos seus monumentos, dos vestígios do passado e do presente, dos seus problemas, da cultura material e imaterial das pessoas (Duarte, 1992), em suma o seu património cultural.

Em Portugal, em 1985, surgiu a Lei nº 13/85, de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português, que define no seu artigo 1º que: “o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

Ao analisar-se este artigo verifica-se a influência de convenções internacionais (Convenção de Haia 1954, Carta de Veneza 1964, Carta de Paris 1972). O facto de se considerar como património cultural todos “os bens materiais e imateriais” de “reconhecido valor próprio”, faz com que a mesma seja de tal forma abrangente e faça a cobertura de um território tão vasto que potencialmente tudo pode abarcar. Assim, segundo Esperança (1997), “esta extensibilidade torna a lei quase inaplicável” (p.83).

Acerca do conceito de “Património Cultural”, Amado Mendes (1991) afirma que se trata de uma noção bastante lata uma vez que abrange os “bens materiais e imateriais”, de “reconhecido valor próprio” e que remete, em última análise, para a “identidade da cultura portuguesa através do tempo” (p.112).

A dificuldade de delimitação sobre o que deve ser ou não considerado património a preservar, coincide com o actual alastramento da noção a novas áreas, que ultrapassa a valorização específica do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e mais recentemente, paisagens naturais (Choáy, 2000).

A nova dimensão do termo “património” não tem mais de duzentos anos, é muito abrangente e só recentemente se difundiu, até em

termos semânticos, por todo o tipo de campos que dela se apropriaram - património cultural, património arqueológico, património genético (Esperança, 1997). Esta noção expandiu-se assumindo um valor afectivo, sendo “mais aplicada para designar certas condições fundamentais da existência nacional e da existência humana. Essa evolução apenas traduz a incomodidade da consciência colectiva face às ameaças mais ou menos obscuras, para a sua integridade” (Chastel, 1986, p.405).

Importa salientar alguns aspectos fundamentais desta noção:

- a internacionalização do problema da defesa e preservação dos bens culturais de um povo, conduziu à noção de Património mundial e à criação de organismos internacionais que veiculam conceitos, recomendações e convenções orientadoras das políticas para a sua salvaguarda (Reis, 1999);

- assiste-se ao alargamento da noção de património, para conferir universalidade não só aos bens culturais únicos e insubstituíveis, de grande valor monumental, mas também a objectos considerados pela sua singularidade, pelo seu conjunto ou pela sua possibilidade de extinção (Reis, 1999);

- verifica-se que da noção restritiva de património como monumento ou estrutura construída/edificada passou-se, progressivamente, à ideia de centro (ou cidade histórica). Alargou-se assim, nos últimos tempos, a visão destas questões a abordagens ambientalistas, que procuram patrimonializar também os ambientes naturais de reconhecido valor paisagístico ou de contextualizar o património no seu meio envolvente natural (Cleere, 1989; IPPAR, 1994, 1996).

De acordo com a Lei nº13/ 85, poderemos constatar no seu artigo 2º, a preocupação com preservação e defesa do património. Assim:

1 - “É um direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.

2 - Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português”.

O conjunto das múltiplas responsabilidades no domínio do património cultural deve ser partilhado pelos diversos agentes culturais, como as autarquias, universidades, escolas, fundações, empresas e outras instituições públicas e privadas, bem como por todos os cidadãos, em geral.

Cabe ao poder central e/ou local um papel determinante na preservação e divulgação do património. É reconhecido o investimento efectuado nesta área nas últimas décadas. Com efeito, em 1999, o conjunto da administração pública gastou em cultura e lazer cerca de 1,2% do valor do PIB, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual, face a 1990, de 14% (INE, 2003). Comparativamente com alguns países europeus, apenas as administrações públicas da Suécia, do Luxemburgo e da Dinamarca, efectuaram, em 1999, despesas em cultura e lazer com representatividade nos respectivos PIB superiores à observada em Portugal (1,8%, 1,8% e 1,6%, respectivamente).

Apesar dos investimentos efectuados nos últimos tempos nesta área, importa referir as conclusões de um estudo efectuado sobre as cidades de Braga, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real e Chaves (Santos Silva *et al.*, 1998), que permitiu verificar que existe um nível geral baixo de dotação em equipamentos, serviços culturais estruturantes e serviços económicos e sociais, directa ou indirectamente articulados ao campo da cultura e do lazer, bem como uma certa debilidade da rede de protagonistas e empreendedores de iniciativas culturais locais. Estes factos contribuem para que o ambiente sócio-cultural urbano seja relativamente pouco qualificado e as cidades não disponham de uma oferta mínima e continuada de bens, serviços e acontecimentos, o que pode influenciar a captação e a satisfação de procuras sociais.

Estes resultados reforçam a ideia de que o nosso país está ainda longe de um bom desenvolvimento cultural. O que não será de estranhar, uma vez que, quer a nível do poder central quer local, os programas culturais nem sempre foram prioritários. Em termos práticos têm sido subordinados perante a urgência de desenvolvimento económico e afirmação da doutrina liberal do mercado (Santos, 1998). Efectivamente, há ainda muito trabalho a desenvolver neste domínio. Trabalho muitas vezes surpreendente e frustrante visto que, em alguma extensão, existe uma certa dose de imprevisibilidade dos efeitos que nele está incluída. Tal não se coaduna bem com o princípio dos resultados imediatos e visíveis que norteia a acção de muitos dirigentes políticos.

Nos últimos tempos foram dados alguns passos significativos no âmbito da salvaguarda, conservação, recuperação e promoção do nosso património, fruto da acção do Estado, das autarquias, de associações e de entidades relacionadas com o património

Um dado que poderá ilustrar o trabalho que tem sido desenvolvido nesta área é o de que entre 1995 e 1999, o número de visitantes

dos monumentos à guarda do IPPAR cresceu 40%, passando de um total de 2,3 milhões de visitantes para 3,3 milhões (Custódio, 2000).

Será este um sinal de que o poder político, central, regional e local, e a sociedade estarão mais conscientes da importância do seu papel na construção de uma nova sociabilidade? Na esteira de Andrade (2003), gostaríamos de acreditar que sim, porque Portugal precisa urgentemente de gente com uma nova visão sobre o futuro. Gente com ideias sensatas para um país que necessita de equilíbrios. Até porque as nossas cidades, vilas e aldeias, nas últimas décadas, têm sido constantemente agredidas com um urbanismo absurdo, e muitas vezes sem regras, quase sempre preocupado com os proveitos financeiros de muitos empresários da área da construção. Tal como sublinha Andrade (2003), foi assim que se transfiguraram áreas significativas do território, muitas vezes alienando vestígios do passado a uma urbanidade de qualidade discutível.

Apesar de se verificar uma evolução positiva, entendemos que há muito a fazer, uma vez que ainda se observam bastantes atrasos.

Aspecto essencial no sentido duma melhoria do panorama actual, tem a ver com a política patrimonial a ser seguida. Nesse sentido e segundo Custódio (2000, p.7), há que ter em conta os seguintes aspectos: (1) aumentar a dotação financeira afecta ao património; (2) perspectivar uma melhor ligação cultura/escola; (3) criar uma escola de patrimonialistas, abarcando uma variedade de especialistas como arquitectos, engenheiros, paisagistas, ambientalistas, historiadores de arte e gestores e conservadores do património; (4) definir o modelo de gestão integrada do património cultural.

Conhecer o património cultural e relacioná-lo com a história de um país é fundamental para que possam ocorrer laços fortes entre história, memória e imaginário; é poder dar a todos, e em especial aos jovens, uma visão alargada do mundo e ajudá-los a aceitar os outros, as diferenças, as tradições, os usos e costumes de cada povo (Salomon, 2000).

Importa também ter em atenção que a valorização do património na definição de identidades culturais locais, regionais ou nacionais, não pode deixar de ter em conta os contributos que os múltiplos intervenientes, étnicos e culturais, podem dar à construção da identidade colectiva.

Por outro lado, a interdependência global aponta cada vez mais para a universalização de características únicas - veja-se o exemplo da

célebre discussão sobre a (im)possibilidade de uma identidade cultural europeia face às diversidades nacionais. A afirmação e reconhecimento da identidade nacional, no panorama internacional, está muito dependente da hábil conjugação de esforços entre as instituições locais e nacionais responsáveis pela gestão do património cultural (Rovisco, 2000).

A análise do processo de construção da noção de património cultural e da sua defesa, como defende Reis (1999), é um dos instrumentos fundamentais que pode contribuir para a transformação das práticas culturais da sociedade portuguesa.

É nesse sentido que é necessário criar uma maior consciencialização da comunidade no que concerne ao património cultural de forma a salvaguardar os centros históricos, a transformar o património edificado em bens de fruição e conhecimento colectivo, inserindo o património num sistema de cultura colectiva, no qual possam intervir crianças, jovens e restante população, num longo processo de Educação Patrimonial. Além disso, a necessidade de salvaguarda e preservação do património constitui um factor de desenvolvimento da cidadania, já que poderá mobilizar diversificados mecanismos políticos de regulação e participação (Reis, 1999).

Impõem-se mudanças de mentalidade, no sentido do desenvolvimento de uma profunda consciência patrimonial, constituída a partir de meios de auto-formação e auto-educação, ou pela formação patrimonial exercida quer por instituições públicas, quer privadas (Custódio, 2000).

A este propósito, importa referir a necessidade de caminhar para uma “*sociedade educativa*. É verdade que toda a vida pessoal e social oferece oportunidades de progredir no saber e no saber fazer” (Delors *et al.*, 1996, p.17). Essas oportunidades devem ser cada vez mais proporcionadas na comunidade educativa.

A educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afecto da comunidade pelo património. Desta forma desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural.

A origem da expressão Educação Patrimonial é inglesa (*Heritage Education*) e pode ser entendida como “o acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros de forma livre e solidária, pro-

cesso durante o qual a personalidade se forma pela interacção de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas” (Custódio, 2000, p. 11).

Nesta perspectiva, também Ramos defende que a Educação Patrimonial é um “processo permanente e participativo de comunicação de conhecimentos, explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o património, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem e promovam comportamentos e actuações concretas de defesa, conservação e valorização do património, resolvendo problemas actuais e evitando outros que se ponham no futuro” (1993, p.44).

Apesar da educação patrimonial ter como destinatários toda a população, deverá assumir um papel decisivo junto das camadas jovens. Segundo Machado Pais (1999), é importante que, por exemplo, os jovens nas suas aulas, principalmente nas de História, façam “uma aprendizagem *regionalista/patrimonial*, onde o importante é aprender a *reconhecer as tradições, características, valores e tarefas da nação ou sociedade* em que se nasceu ou vive; aprender a *valorizar a preservação das ruínas históricas e das construções antigas* do património histórico” (p.51).

Entendemos que é com os jovens por quem deve começar esta sensibilização, já que é a eles que competirá amanhã gerir as memórias do passado. Esta perspectiva, está bem patente, na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), nos textos dos conteúdos programáticos dos currículos escolares dos ensinos básico e secundário, assim como nos manuais que os professores utilizam onde se verifica que a preocupação em definir objectivos relativamente ao Património são coincidentes na relevância da preservação, conservação e valorização do mesmo (Roldão, 2001).

Tendo em conta este quadro geral problematizador, entendemos ser necessário a realização de estudos sobre tal temática, o que nos motivou para realização duma investigação sobre o conhecimento e o interesse dos jovens sobre o património arquitectónico de Lamego.

Pela pesquisa bibliográfica, tivemos a oportunidade de verificar que existem vários estudos sobre as práticas culturais dos jovens e adultos em geral, mas são escassos os que se prendem com o património arquitectónico, em particular. Por seu turno, os estudos existentes

sobre as práticas culturais dos jovens localizam-se essencialmente nos grandes centros urbanos e na zona do litoral, os quais possuem realidades e ofertas culturais diferentes relativamente ao que se passa num concelho do interior norte.

A opção por Lamego, deve-se ao facto de ser uma das dioceses mais antigas do país e possuir uma grande quantidade de monumentos religiosos (Bianchi de Aguiar, 2000). O concelho de Lamego está situado no extremo norte do distrito de Viseu, a sul de Trás-os-Montes e na margem esquerda do Rio Douro.

Foi nossa opção neste estudo debruçarmo-nos principalmente sobre o património arquitectónico, porque é aquele que faz parte do dia-a-dia dos nossos inquiridos, é visível, palpável e está presente nas paisagens das nossas cidades, vilas e aldeias. É nesta perspectiva que Machado Pais (1999) afirma: “tocar as paredes de um velho monumento ou da casa de um antigo poeta traduz uma sensação especial - uma emoção até - e o eco desse toque não deixa de soar na consciência histórica. Porque através desse toque batemos à porta do passado convivemos imaginariamente com os contemporâneos desse passado - poetas, guerreiros, escultores. Esses sinais do passado não são apenas *provas mortas de um tempo que passou*, mas sinais de tempo, carregados de significados que perduram” (p.128).

Nesse sentido, este estudo teve como principais objectivos avaliar os conhecimentos e o interesse que os jovens demonstram sobre património arquitectónico e ainda relacionar o conhecimento e o interesse que os jovens têm pelo património com algumas variáveis sócio-demográficas.

Para a concretização dos objectivos deste trabalho foram consideradas, entre outras, as seguintes variáveis independentes:

- o género: variável de carácter dicotómico (feminino/masculino);
- a idade, segundo os escalões etários (10-12 anos; 13-15 anos; 16-18 anos);
- A residência: variável de carácter dicotómico (zona rural/zona urbana).

Perante os objectivos delineados bem como as variáveis apresentadas para a nossa investigação formulámos as seguintes hipóteses:

H₁ - O conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferem entre jovens de sexos diferentes;

H₂ - O conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferem entre jovens de idades diferentes;

H₃ - O conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferem entre jovens com diferentes locais de residência (zona urbana/zona rural).

1. Metodologia

1.1 Amostra

A amostra seleccionada resultou da aplicação da técnica de amostragem (probabilística) estratificada (Carmo e Ferreira, 1998; Mucchielli, 1979) e foi extraída da população estudantil do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário do concelho de Lamego, abrangendo a totalidade das escolas públicas existentes neste espaço geográfico. Assim, a amostra do presente estudo é constituída por 340 alunos, com uma distribuição equilibrada pelos vários anos de escolaridade (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Ano de escolaridade que os alunos frequentam

Ano de escolaridade	Nº de sujeitos	%
5ºano	42	12,4
6ºano	41	12,1
7ºano	43	12,6
8ºano	39	11,5
9ºano	42	12,4
10ºano	39	11,5
11ºano	44	12,9
12ºano	50	14,7
Total	340	100

O Quadro 2 evidencia a constituição da amostra em função do sexo e da idade. Verificamos que o número de sujeitos do sexo feminino (201 indivíduos) é superior ao masculino (139) e que os jovens se distribuem pelos diversos escalões etários: 10-12 anos (84); 13-15 anos (122); 16-18 anos (134).

Quadro 2 – Distribuição dos sujeitos por sexos e idade

Idade	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
10-12 anos	45	32,4	39	19,4	84	24,7
13-15 anos	42	30,2	80	39,8	122	35,9
16-18 anos	52	37,4	82	40,8	134	39,4
Total	139	100	201	100	340	100

1.2 Instrumento

O instrumento de pesquisa que utilizámos foi um inquérito por questionário, o qual foi elaborado tendo em conta diversa bibliografia consultada (Balsa *et al.* 2001; Fernandes *et al.*, 1998; Fernandes *et al.*, 2001; Machado Pais, 1999). O processo de aplicação do questionário decorreu durante os meses de Maio e Junho de 2002.

Relativamente à sua forma, este instrumento possui questões abertas, “aquelas a que os inquiridos respondem como querem, utilizando o seu próprio vocabulário”, e questões fechadas, “aquelas em que se apresenta ao inquiridos, depois de se lhe ter colocado a questão, uma lista preestabelecida de respostas possíveis de entre as quais lhe é solicitado que indiquem a que melhor corresponde à que deseja dar” (Ghiglione e Matalon, 2001, p.115).

Quando uma primeira versão do questionário ficou redigida, procedeu-se a um conjunto de verificações sobre o mesmo, sendo esta fase denominada de pré-teste. Este procedimento foi aplicado a 60 jovens que constituíram uma pequena amostra de indivíduos pertencentes à população em análise, mas que não fizeram parte da amostra final seleccionada (Mucchielli, 1979; Quivy e Campenhoudt, 1992).

Após a recolha destes questionários, procederam-se a pequenos ajustamentos, surgindo assim a versão final do questionário.

1.3 Procedimentos estatísticos

A análise estatística foi efectuada com o programa estatístico *Statistical Package for te Social Sciences* (SPSS) versão 11.0. No tratamento das questões abertas recorreu-se à “análise de conteúdo” (Bardin, 1977).

Na análise descritiva dos dados, foram calculadas frequências e

percentagens para variáveis com um nível de mensuração nominal e médias e desvios-padrão para variáveis cujo nível de mensuração é pelo menos intervalar (Reis, 1998).

Sempre que se pretendeu testar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre variáveis recorreu-se à estatística inferencial, aceitando como significativas as diferenças que tivessem associadas um valor de $p < .05$ (Howell, 1982).

Quando as variáveis em comparação eram ambas nominais foi utilizada a prova estatística Qui-quadrado (χ^2). Nos casos em que se tratava de uma tabela de contingência 2x2, considerou-se a correcção de continuidade (χ^2 corrigido).

Quando a pretensão era cruzar uma variável independente nominal com dois níveis e uma variável dependente intervalar foi efectuado o teste *t-student*. A análise de variância unifactorial (ANOVA) foi escolhida quando o objectivo era comparar mais de dois níveis de uma mesma variável independente. Sempre que o valor de F se revelou com significado estatístico, aplicou-se o teste de múltiplas comparações *a posteriori* LSD modificado de Bonferroni (Bryman e Cramer, 1992).

2. Apresentação dos resultados

2.1 Em função do género

Gosto pela visita ao património arquitectónico

Tendo em conta os objectivos da investigação, analisámos o gosto que os jovens têm pelas visitas ao património arquitectónico. Pudemos concluir que 56,5% dos jovens gostam mais ou menos de visitar monumentos e que apenas 27,9% gostam muito. De referir ainda que 9,1% dos inquiridos gostam pouco de visitar monumentos e que apenas 6,5% deles não gostam mesmo de os visitar (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – O gosto dos jovens pela visita aos monumentos

Gosta de visitar monumentos	Nº de sujeitos	%
Muito	95	27,9
Mais ou menos	192	56,5
Pouco	31	9,1
Nada	22	6,5
Total	340	100

Analisando os dados em função do género dos sujeitos, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas relativamente ao gosto que os jovens do género feminino e os do género masculino têm em visitar monumentos e o património arquitectónico da região (cf. Quadro 4). Constatase que os jovens do sexo feminino apresentam valores situados entre o “gostar muito” e o “gostar mais ou menos” dos monumentos. Por sua vez, os elementos do sexo masculino apresentam valores que se situam entre o “gostar mais ou menos” e o “gostar pouco”.

Quadro 4 - O gosto pela visita ao património arquitectónico em função do sexo

Sexo	M	DP	t	p
Masculino	2,17	1,78	4,61	0,00*
Feminino	0,89	0,67		

* com significância estatística

Significado atribuído ao património arquitectónico

Relativamente ao significado que os jovens atribuem ao património (cf. Quadro 5), constatamos que 34,4% o considera como um elemento representativo da história da região. Outros definem-no como “Alma” de um povo (33,8%), ainda outros (28,2%), consideram-no a memória do passado e apenas uma pequena minoria (3,5%) o define como um conjunto de monumentos antigos sem o menor significado.

Quadro 5 - O significado que os jovens atribuem ao património arquitectónico da sua região

Significado do património	Nº de sujeitos	%
“Alma” de um povo	115	33,8
História da região	117	34,4
Memória do passado	96	28,2
Não me dizem nada	12	3,5
Total	340	100

Quando comparados os dois géneros não se verificam diferenças estatisticamente significativas (cf. Quadro 6).

Quadro 6 - O significado atribuído ao património arquitectónico em função do sexo

Significado do património	Masculino		Feminino		χ^2	p
	N	%	N	%		
“Alma” de um povo	46	33,1	69	34,3		
História de um povo	44	31,7	73	36,3	3,99	0,26
Memória do passado	41	29,5	55	27,4		
Não me dizem nada	8	5,8	4	2,0		

Conhecimento sobre o património arquitectónico do concelho

No que concerne ao conhecimento sobre o património, constata-se que são os monumentos mais emblemáticos, grandiosos, que se situam na cidade e que fazem parte dos roteiros das visitas escolares, aqueles que são mais conhecidos, investigados e visitados. Destacam-se, a este nível, a Sé de Lamego (22,4%), o Santuário da N.ª. S.ª. dos Remédios (20,3%), o Castelo e Cisterna (17,9%), o Museu de Lamego (17,1%), o Chafariz da N.ª. S.ª. dos Remédios (12,4%) e a Igreja de Santa Maria de Almacave (11,8%).

Quadro 7 – Monumentos mais visitados/estudados e investigados pelos jovens

Monumentos mais visitados/estudados e investigados pelos jovens	N	%
Sé de Lamego	76	22,4
Santuário da N.ª.S.ª. dos Remédios	69	20,3
Castelo e Cisterna	61	17,9
Museu de Lamego	59	17,1
Chafariz da N.ª.S.ª. dos Remédios	42	12,4
Igreja de Santa Maria de Almacave	40	11,8

Quando analisamos estes dados em função do género constatamos que só relativamente ao monumento “Casa das Brolhas” se observam diferenças com significado estatístico: os rapazes evidenciam um melhor conhecimento deste monumento.

Prioridades perante empreendimentos diversos

Quanto colocamos os jovens perante algumas possibilidades de empreendimentos diversos, a saber: implementar uma fábrica, recuperar um edifício antigo de valor histórico, recuperar uma aldeia típica, construir um troço de auto-estrada, criar uma área de reserva natural, despoluir um rio, verificamos que os jovens de ambos os sexos defendem posições que apresentam diferenças com significado estatístico ao nível de “recuperar uma aldeia típica” e “construir um troço de auto-estrada” (cf. Quadro 8). Como se pode constatar, são os jovens do sexo feminino que dão maior prioridade ao “recuperar uma aldeia típica”, verificando-se o contrário no que concerne ao “construir um troço de auto-estrada”.

Quadro 8 – Empreendimentos a que os jovens dariam prioridade segundo o sexo

Empreendimentos a que daria prioridade	Sexo				χ^2	p
	Masculino		Feminino			
	N	%	N	%		
Recuperar uma aldeia típica	6	4,3	25	12,4	6,54	0,01*
Construir um troço de auto-estrada	13	9,4	6	3,0	6,31	0,01*

* com significância estatística

2.2. Em função da idade

Gosto pela visita ao património arquitectónico

Analisando os resultados, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas, relativamente ao gosto que os jovens de idades diferentes têm em visitar o património arquitectónico da região (cf. Quadro 9). Constatou-se que os jovens, independentemente das idades, indicam “gostar mais ou menos” dos monumentos.

Quadro 9 – O gosto pela visita ao património arquitectónico em função da idade

Gostar de visitar monumentos	10-12 anos		13-15 anos		16-18 anos		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
	2,06	0,87	1,97	0,78	1,84	0,74	1,40	0,24

Significado atribuído ao património arquitectónico

Relativamente ao significado que é atribuído ao património arquitectónico, constatamos que entre jovens de idades diferentes também não se verificam diferenças estatisticamente significativas (cf. Quadro 10).

Quadro 10 – O significado do património arquitectónico em função da idade

Significado do património	Idade						χ^2	p
	10-12 anos		13-15 anos		16-18 anos			
	N	%	N	%	N	%		
“Alma” de um povo	26	31,0	44	36,1	45	33,6		
História de um povo	28	33,3	35	28,7	54	40,3	5,20	0,51
Memória do passado	27	32,1	38	31,1	31	23,1		
Não me dizem nada	3	3,6	5	4,1	4	3,0		

Conhecimento sobre o património arquitectónico do concelho

No que se refere ao conhecimento que os jovens têm sobre os vários monumentos do concelho, de entre os vinte e dois apresentados, somente em seis se constata diferenças estatisticamente significativas (cf. Quadro 11).

Assim, os jovens mais novos (10-12 anos) revelam possuir um maior conhecimento da Igreja de Santa Maria de Almacave, do Mosteiro das Chagas, da Igreja de Santa Cruz, do Chafariz de N^a. S^a. dos Remédios e do Museu de Lamego, do que os jovens do escalão etário seguinte (13-15 anos).

Quadro 11 – O conhecimento sobre o património arquitectónico do concelho em função da idade

Monumento	idades			F	p	Test Post-hoc (Bonferroni)
	10-12 anos M DP	13-15 anos M DP	16-18 anos M DP			
Igreja de S. M ^a . de Almacave	2,44 0,97	2,02 0,70	2,35 0,87	7,49	0,00*	10-12>13-15, p=0,00 13-15>16-18, p=0,00
Mosteiro das Chagas	2,78 1,06	2,36 0,83	2,55 0,91	5,24	0,00*	10-12>13-15, p=0,00
Igreja do Desterro	3,05 0,90	2,86 0,98	2,67 0,97	4,27	0,01*	10-12>16-18, p=0,01
Igreja de Santa Cruz	2,75 1,03	2,33 0,92	2,48 0,92	4,70	0,01*	10-12>13-15, p=0,00
Chafariz de N ^a .S ^a .dos Remédios	2,40 0,93	2,09 0,71	2,03 0,64	6,76	0,00*	10-12>13-15, p=0,01 10-12>16-18, p=0,00
Museu de Lamego	2,35 0,95	2,05 0,82	2,05 0,76	4,12	0,01*	10-12>13-15, p=0,03 10-12>16-18, p=0,02

* com significância estatística

Os jovens mais novos (10-12 anos) também possuem um maior conhecimento da Igreja do Desterro, Chafariz de N^a. S^a. dos Remédios e do Museu de Lamego, do que os jovens mais velhos (16-18 anos).

Os jovens do escalão etário intermédio (13-15 anos) revelam possuir um maior conhecimento da Igreja de Santa Maria de Almacave, do que os jovens mais velhos (16-18 anos).

Prioridades perante empreendimentos diversos

No que concerne ao tipo de prioridades que os jovens dão a empreendimentos diversos, verificamos que existem diferenças com significado estatístico ao nível de “despoluir um rio” (cf. Quadro 12). São os jovens mais velhos aqueles que mais valorizam este tipo de empreendimento.

Quadro 12 – Empreendimentos a que os jovens dariam prioridade, segundo a idade

Empreendimentos	Idade						χ^2	p
	10-12 anos		13-15 anos		16-18anos			
	N	%	N	%	N	%		
Despoluir um rio	33	39,3	27	22,2	38	28,4	7,15	0,02*

* com significância estatística

2.1 Em função da zona de residência

Gosto pela visita ao património arquitectónico

Relativamente ao gosto que os jovens da zona rural e da zona urbana têm em visitar monumentos e o património arquitectónico da região, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas entre estes grupos (cf. Quadro 13). Constata-se que os jovens da zona urbana apresentam valores situados entre o “gostar muito” e o “gostar mais ou menos” dos monumentos. Por sua vez, os elementos da zona rural apresentam valores que situam entre o “gostar mais ou menos” e o “gostar pouco”.

Quadro 13 – O gosto pela visita ao património arquitectónico em função da zona de residência

Zona em que vive	M	DP	t	p
Urbana	1,86	0,80	-1,913	0,05*
Rural	2,03	0,77		

*com significância estatística

Significado atribuído ao património arquitectónico

No que se refere ao significado que os jovens que habitam em zonas diferentes atribuem ao património arquitectónico, constatamos que não há diferenças estatisticamente significativas (cf. Quadro 14).

Conhecimento sobre o património arquitectónico do concelho

Ao nível dos conhecimentos que os jovens demonstram sobre o património arquitectónico do concelho, verifica-se que existem dife-

renças estatisticamente significativas entre os que habitam em zonas diferentes, no que concerne ao grau de conhecimentos sobre a maior parte dos monumentos (cf. Quadro 15). De uma forma geral, em todos os resultados em que isso se verifica, podemos constatar que são os jovens da zona urbana que demonstram um melhor conhecimento destes monumentos, isto porque a maior parte das suas respostas se situam entre o “investiguei ou estudei” e o “já visitei”. Os alunos da zona rural situam as suas respostas entre “o já visitei” e o “já ouvi falar e nunca visitei” e algumas respostas demonstram uma ligeira tendência para o “nunca ouvi falar”.

Quadro 14 - O significado atribuído ao património arquitectónico em função da zona de residência

Significado do património	Zona				χ^2	p
	Rural		Urbana			
	N	%	N	%		
“Alma” de um povo	52	34,7	63	33,2	0,38	0,91
História de um povo	53	35,3	64	33,7		
Memória do passado	40	26,7	56	29,5		
Não me dizem nada	5	3,3	7	3,7		

Quadro 15 – Conhecimento sobre o património arquitectónico do concelho segundo a zona de residência

Monumento	Residência				t	p
	Zona urbana		Zona rural			
	M	DP	M	DP		
Igreja de Santa Maria de Almacave	2,02	0,75	2,56	0,90	-5,99	0,00*
Castelo de Lamego e cisterna	1,91	0,76	2,35	0,88	-4,88	0,00*
Cruzeiro do Bom Jesus dos Terramotos e Perseguidos	2,92	0,73	3,09	0,69	-2,13	0,03*
Capela de Nossa Senhora da Esperança	2,78	0,92	3,08	0,90	-2,95	0,00*
Igreja do Mosteiro das Chagas / Igreja da Misericórdia de Lamego	2,38	0,91	2,74	0,93	-3,53	0,00*
Sé de Lamego	1,80	0,75	2,12	0,63	-4,15	0,00*
Capela de São Pedro de Balsemão	2,52	1,05	2,90	0,86	-3,61	0,00*
Igreja do Desterro	2,73	1,02	2,96	0,87	-2,23	0,02*
Igreja de Santa Cruz	2,24	0,85	2,81	1,00	-5,61	0,00*
Santuário de Nossa Senhora dos Remédios	1,82	0,77	2,22	0,73	-3,32	0,00*
Museu de Lamego	2,01	0,83	2,27	0,84	-2,81	0,00*
Pelourinho de Vila Nova de Souto d'El-Rei / Pelourinho de Arneirós	2,98	0,86	3,19	0,73	-2,35	0,01*
Capela da Senhora dos Meninos	2,73	1,03	3,08	0,80	-3,25	0,00*

* Com significância estatística

Prioridades perante empreendimentos diversos

Constatamos também que, para os jovens que habitam em zonas distintas, não se verificam diferenças com significado estatístico, relativamente aos empreendimentos que dariam prioridade no seu concelho (cf. Quadro 16).

Quadro 16 – Empreendimentos a que dariam prioridade segundo a zona de residência

Empreendimento a que daria prioridade	Zona em que vive				χ^2	p
	Urbana		Rural			
	N	%	N	%		
Implementar uma fábrica	13	6,8	8	5,3	0,32	0,55
Recuperar um edifício antigo de valor histórico	58	30,5	41	27,3	0,41	0,52
Recuperar uma aldeia típica	17	8,9	14	9,3	0,15	0,90
Construir um troço de auto-estrada	11	5,8	8	5,3	0,33	0,85
Criar uma área de reserva natural	36	18,9	37	24,7	1,62	0,20
Despoluir um rio	55	28,9	43	28,7	0,00	0,95

3. Discussão dos resultados

Opinião dos jovens em função do sexo

Os resultados obtidos pela análise estatística inferencial permitiram identificar diferenças significativas segundo o género, confirmando assim a *Hipótese 1*, que predizia que o conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferiam entre jovens de sexos diferentes.

Com efeito, as raparigas, comparativamente aos rapazes, revelam um maior gosto pela visita ao património arquitectónico, embora ao nível do conhecimento que os jovens possuem sobre os vários monumentos do concelho, só se verifique uma diferença estatisticamente significativa relativamente à “Casa das Brolhas” a favor dos rapazes. As prioridades dos jovens perante empreendimentos diversos diferem também: as raparigas dão maior ênfase ao “recuperar uma aldeia típica” enquanto que os rapazes valorizam mais “construir um troço de auto-estrada”.

Ao confrontarmos estes resultados com os obtidos na pesquisa bibliográfica efectuada podemos encontrar duas posições diferenciadas. Assim, em termos de outras práticas culturais, o estudo desenvolvido por Fortunas e Fontes (1999), sobre os hábitos e práticas de leitura de jovens entre os 14 e os 18 anos do distrito de Coimbra, concluiu que, em termos de leitura, as raparigas lêem mais (25,9%) do que os rapazes (11,8%).

No que se refere especificamente à questão do património arquitectónico, os resultados do nosso estudo são opostos aos que foram obtidos nas investigações efectuadas por Fernandes (2001) e Santos Silva e Santos (1995) onde se verificou que os jovens de sexos diferentes apresentam resultados próximos, não se constatando diferenças significativas entre eles.

O estudo desenvolvido por Santos Silva e Santos (1995) na área metropolitana do Porto, revela que as taxas de não frequência de museus dos jovens entre os 12-17 anos do sexo masculino é de 78,8% e para os do sexo feminino é de 75,8%.

Também os resultados referidos por Fernandes (2001) indicam que as visitas a monumentos e a museus não variam muito em função do género dos estudantes do ensino superior do Porto. Assim, relativamente às visitas a monumentos, 91,8% dos indivíduos do sexo masculino e 90,6% do sexo feminino não os visitam. Quanto aos museus, 88% do sexo masculino e 86,3% do sexo feminino também não os visitam.

Por último, Reis (2004) conclui no estudo que desenvolveu com adultos a partir dos 18 anos, que a variável sexo não se mostrou estatisticamente significativa na diferenciação dos visitantes a monumentos ou lugares históricos.

Opinião dos jovens em função da idade

Os resultados do presente estudo parecem evidenciar que a variável idade dos jovens não afecta o conhecimento e o interesse dos jovens pelo património arquitectónico, uma vez que não foram encontradas diferenças significativas a este nível. Ou seja, os dados não confirmam a *Hipótese 2* que predizia que o conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferiam entre jovens com idades diferentes.

Relativamente a outras práticas culturais, o estudo de Fortunas e Fontes (1999) verificou que, em termos de leitura, o escalão etário dos mais jovens (14-16 anos) leva vantagem relativamente ao escalão mais velho (maiores de 16 anos) no que refere a esta prática diária (21,5% dos primeiros face aos 16,5% dos segundos).

No que concerne a estudos que tenham investigado especificamente a questão do património arquitectónico, a investigação de Fernandes (2001) permite constatar que a visita a monumentos e a museus é um comportamento sensível ao envelhecimento. Assim, não visitam monumentos: 90,2% dos jovens entre os 18-21anos; 85,6% dos 22-25

anos; 73,6% dos 26-30 anos e 68,2% com mais de trinta anos. Portanto, são os jovens mais novos (dos 18 aos 21 anos), os que registam os níveis mais elevados de ausência a visitas a monumentos.

Por outro lado, Reis (2004) conclui no estudo que desenvolveu com adultos a partir dos 18 anos, que a idade não se mostrou como uma variável fortemente diferenciadora no que respeita à frequência das visitas a monumentos ou lugares históricos.

Em termos de população global, a participação em várias práticas culturais pode ser afectada pela idade, em que os mais jovens apresentam maiores índices de participação. Assim, se analisarmos o perfil dos visitantes da “Expo’98” e do “Porto 2001, Capital Europeia da Cultura”, verificamos que este se caracterizou pela juvenilização do seu público (INE, 2003). No caso concreto do segundo evento, que é o mais recente, a faixa etária mais participativa foi a dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

Santos Silva (2002) afirma que a influência da idade nas práticas culturais tem a ver com o efeito geracional (por exemplo, maior disponibilidade para saídas dos jovens solteiros) e ainda com o recente processo de massificação escolar, que faz com que os mais novos sejam mais escolarizados.

Em síntese, podemos dizer que os resultados deste estudo não apontam diferenças com significado estatístico relativamente às idades no que se refere ao conhecimento e ao interesse pelo património arquitectónico. Na nossa pesquisa bibliográfica, não encontramos estudos que tenham abordado as questões do património em função de idades dos jovens. Encontrámos somente estudos que confrontam as práticas culturais de adultos e as dos jovens, onde se pode verificar que são os mais jovens que expressam maior participação em termos das referidas práticas.

Opinião dos jovens em função da zona de residência

No que se refere ao conhecimento e ao interesse sobre o património arquitectónico demonstrado por jovens residentes em locais diferentes (zona urbana/zona rural), os resultados obtidos não nos permitem confirmar nem infirmar a *Hipótese 3*, que predizia que os conhecimentos e o interesse sobre o património arquitectónico diferiam entre jovens que residem em locais diferentes. Com efeito, para duas questões, verificam-se diferenças com significado estatístico (“gosto pela visita ao património arquitectónico” e “conhecimento sobre o património

nio arquitectónico do concelho”), enquanto que para as restantes duas (“significado atribuído ao património arquitectónico” e “prioridades perante empreendimentos diversos”) não se verificaram diferenças estatisticamente significativas.

Entendemos ser importante referir que a cidade de Lamego não apresenta características que a possam identificar de uma forma clara como uma zona urbana. Pensamos que nesta zona do interior predomina mais a ruralidade e, sendo assim, pensamos que não são muito díspares os tipos de oferta cultural entre a cidade propriamente dita e o restante concelho. Assim, para além do facto do consumo televisivo ser elevado mas semelhante nas várias zonas de residência (Fortuna e Fontes, 1999; Schmidt, 1994), verifica-se também que todos os jovens inquiridos estudam em Lamego e, aos fins-de-semana, feriados e férias escolares, os que residem fora da cidade deslocam-se frequentemente à cidade para frequentar vários locais como o cinema, clubes de vídeo, bares/café, espectáculos musicais, etc.

Quando procuramos confrontar estes resultados com os de outros estudos verificamos que, em termos de outras práticas culturais, nomeadamente a leitura de livros não escolares, o já citado estudo de Fortunas e Fontes (1999), conclui que os jovens que residem em zonas rurais lêem mais do que aqueles que residem em zonas urbanas (24,6% e 19,5% respectivamente).

O estudo de Balsa *et al.* (2001) conclui que, em termos de diferenciação socioespacial, e no que se refere a visitas a museus, se verifica que cerca de 16% dos estudantes do ensino superior residentes em cidades das áreas do Porto e de Lisboa afirma fazê-lo frequentemente. Tal prática é efectuada por 11,9% dos residentes das cidades do interior e por apenas 8% dos estudantes originários de vilas e aldeias do interior do país.

Os resultados supracitados vão de encontro ao defendido por Fortuna *et al.* (1998/1999) e Santos (2002), quando afirmam que a residência (urbana ou rural) continua a ser um factor muito diferenciador de acesso à cultura, sendo os residentes em contextos urbanos os que revelam índices superiores de consumo cultural.

Conclusão

A presente investigação teve como objectivo analisar o conhecimento e interesse dos jovens pelo património arquitectónico do conce-

lho de Lamego. A necessidade premente de estudar esta temática decorre do facto do património poder ser visto como um instrumento sensível de modernização e valorização do país e, concomitantemente, das condições em que se desenvolve a formação integral de um cidadão.

Do ponto de vista cultural, como do ponto de vista educativo, na faixa etária dos 10-18 anos, muito se joga e define, quantas vezes sem retorno. É neste segmento etário que se ganham ou se perdem possíveis conhecedores, defensores do património cultural e, em consequência, “se ganha ou se perde uma componente determinante da qualidade do exercício da cidadania” (Fortuna *et al.*, 1999, p.86).

Existem hoje, em Portugal, uma variedade de estudos de caracterização de tendências dos consumos culturais em geral (alguns dos quais referenciámos), mas escassos ou nenhuns sobre o de conhecimento e o interesse das camadas juvenis sobre o Património em particular, cujas contribuições este trabalho procurou incorporar.

Os resultados obtidos indicam que o conhecimento e o interesse sobre o património arquitectónico diferiam entre jovens de sexos diferentes, designadamente quanto ao gosto pela visita ao património arquitectónico, ao conhecimento sobre o património do concelho e às prioridades perante empreendimentos diversos, mas não diferiam entre jovens com idades diferentes. No que se refere ao conhecimento e ao interesse sobre o património arquitectónico demonstrado por jovens residentes em locais diferentes (zona urbana/zona rural), os resultados não nos permitem apurar se eles estão relacionados ou não com tal variável.

A análise dos resultados permite concluir que, embora o património arquitectónico não seja uma área de eleição dos jovens, eles revelam algum interesse no que concerne à sua preservação e conservação. Estes dados deverão ser objecto de reflexão por parte das entidades responsáveis por este sector, no sentido de se promoverem políticas e projectos visando uma maior sensibilização de todos os que, directa ou indirectamente, intervêm na formação dos nossos jovens.

Bibliografia

- Amado Mendes, J. (1991). *A Arqueologia Industrial: Uma vertente da conservação do património cultural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Eco-

nómica e Social.

- Andrade, V. (2003). Vamos acudir a Portugal. In *Expresso*, nº1585, de 15 de Março.
- Balsa, C. et al. (2001). *Perfil dos estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bianchi de Aguiar, F. (Coord.) (2000). *Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.
- Bryman, A., & Cramer, D. (1992). *Análise de dados em Ciências Sociais. Introdução às técnicas utilizando o SPSS*. Oeiras: Celta Editora.
- Calado, L. (2000). Gestão integrada do património (II). *Centros Históricos – Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*. Ano 1, II série, 5, 7-9.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chastel, A. (1986). Les lieux de Memoire. In Pierre Nora (Dir.), *La nation* (Vol. II). Paris: Gallimard.
- Choay, F. (2000). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Cleere, H. (Org.) (1989). *Archaeological heritage management in the modern world*. Cambridge: Allen & Unwin.
- Custódio, J. (2000). Educação patrimonial. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 1 (4), 10-11.
- Delors, J. et al. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão sobre a Educação para o século XXI* (2ªed.). Porto: Edições Asa.
- Duarte, A. (1992). *Educação patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto Editora.
- Esperança, E. J. (1997). *Património e comunicação. Políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega Edições.
- Fernandes, A. T. et al. (1998). *Práticas e aspirações culturais. Os estudantes da cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, A. T. et al. (2001). *Estudantes do ensino superior no Porto. Representações e práticas culturais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fortuna, C., & Fontes, F. (1999). *Sobre a leitura – Leitura Juvenil: Hábitos e práticas no distrito de Coimbra* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

- & Observatório das Actividades Culturais.
- Fortuna, Carlos et al. (1998/1999). Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 85-117.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito. Teoria e prática* (4ªed.). Oeiras: Celta Editora.
- Howell, D. C. (1982). *Statistical methods for Psychology*. Boston: Allyn and Bacon.
- INE (2003). *Portugal social* (1991-2001). Lisboa: INE.
- IPPAR (1994). *Património arquitectónico e arqueológico – informar para proteger*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- IPPAR (1996). *Critérios de classificação de bens imóveis*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Jorge, V. (2001). Património e identidade cultural. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 1, (6), 11-14.
- Lima, L., Villaverde Cabral, M., & Vala, J. (Org.) (2004). *Ambiente e desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Machado Pais, J. (1999). *Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta Editora.
- Mucchielli, R. (1979). *O questionário na pesquisa psicossocial*. Brasil: Livraria Martins Fontes Editora Lda.
- Pereira, M. Piedade (2003). *Os jovens e o património arquitectónico do concelho de Lamego: Representações, práticas e aspirações*. Tese de Mestrado não publicada, ISCTE, Lisboa.
- Pinho, J. (1999). Museus escolares: Um passado revisitado. *Educação no Centro*, 2, 43.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- Ramos, P. (1993). *Reviver o passado em torno da Educação Patrimonial e do ensino à distância*. Tese de mestrado não publicada, Universidade Aberta, Lisboa.
- Reis, E. (1998). *Estatística descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reis, M. (1999). Cidadania e património. Notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia. Problema e Práticas*, 29, 77-91.
- Reis, M. (2004). Património e ambiente: Duas dimensões da cidadania moderna. In L. Lima, M. Villaverde Cabral & J. Vala. (Org.), *Ambiente e desenvolvimento* (pp. 193-238). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Roldão, M. C. (2001). A educação patrimonial é uma opção das escolas.

Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, 1 (4), 15-17.

- Rovisco, M. L. (2000). Centros históricos e identidade cultural no contexto da globalização. *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centros Históricos*, 1(5), 10-13.
- Sacadura, J., & Cunha, R. (1999). *Património da Humanidade em Portugal. Vol. 1 – Monumentos*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Salomon, A. (2000). *Educação e património: Uma experiência francesa*. Mem Martins: Associação de Professores de Sintra.
- Santos Silva, A., & Santos, H. (1995). *Prática e representação das culturas: Um inquérito na área metropolitana do Porto*. Porto: Ed. Centro Regional de Artes Tradicionais.
- Santos Silva, A. (2002). *Dinâmicas sociais no nosso tempo*. Porto: Univ. do Porto.
- Santos Silva, A. et al. (1998). Agentes culturais e públicos para a cultura: Alguns casos ilustrativos de uma difícil relação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 18, 67-105.
- Santos, B. S. (2002). Uma sociedade em busca de medida. In *Revista Visão*, nº 470, 7 de Março, 6-9.
- Santos, M. L. (Coord.). (1998). *As políticas culturais em Portugal. Relatório Nacional*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Schmidt, L. (1994). Jovens portugueses em “overdose” mediática. In J. M. Pais, F. Torres & Sue Cox (Orgs.), *Actas do Congresso Mundial de Lazer/World Leisure Congress* (pp. 245-253). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Legislação Consultada

Lei n.º 13/85, 6 de Julho - Lei de Bases do Património Cultural
Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

Resumé

Une recherche bibliographique nous a permis de vérifier que les études sur les pratiques culturelles des jeunes, notamment en ce qui concerne le patrimoine architectonique, sont très rares.

Notre étude se propose d'évaluer les connaissances et l'intérêt que les jeunes démontrent avoir sur le patrimoine architectural de la municipalité de Lamego. L'étude a été faite sur un échantillon de 340 élèves, provenant de toutes les écoles publiques des 2^{ème} et 3^{ème} cycles et des écoles secondaires de la municipalité.

Une recherche empirique transversale, à caractère descriptif-comparatif, a été réalisée. Comme instrument de recherche on a utilisé le questionnaire. Pour traiter les données on a utilisé des techniques de statistique descriptive et inférentielle.

Les résultats indiquent que la connaissance et l'intérêt sur le patrimoine architectural diffèrent entre jeunes de sexe différent, mais ne diffèrent pas entre jeunes d'âge différent. Certaines nuances, révélatrices de l'importance d'une éducation pour le patrimoine, sont mises en évidence.

Summary

We had the opportunity to verify through bibliographic research that there are few studies about the cultural practices of youth particularly in what concerns architectural heritage.

With that in mind, the aim of this study was to assess the knowledge and interest that youth have in the architectural heritage of the county of Lamego. The study was carried out on 340 students from all the lower and upper secondary state schools of this county.

An empirical and transversal research of a descriptive and comparative nature using questionnaires as a research tool was carried out. The data was treated using descriptive and inferential statistical techniques.

The results show that the knowledge and interest in architectural heritage was different between boys and girls but not between different age groups, indicating too some revealing nuances of the importance of educational heritage.